

# Pacto pela Mata Atlântica

AXEL SCHMIDT GRAEL\*

O mais recente relatório da organização SOS Mata Atlântica sobre o desmatamento indica o Rio de Janeiro com as maiores taxas de destruição em todo o domínio da Mata Atlântica. Entre os anos de 1990 e 1995 perdemos 13,13% de nossas florestas e mesmo os dados mais recentes, 1995-1997, indicam que continuamos como os campeões do desmatamento.

Vale lembrar que nossas matas estão entre as mais ricas em biodiversidade no planeta e que o Estado do Rio de Janeiro abriga mais de 40% das espécies oficialmente reconhecidas como ameaçadas de extinção no Brasil. Além disso, o desmatamento provoca também problemas graves como as enchentes, o assoreamento dos nossos rios e conseqüentemente a destruição dos nossos ecossistemas estuarinos como a Baía de Guanabara, de Sepetiba etc.

Estima-se que apenas cerca de 43% das matas remanescentes estão protegidas efetivamente por unidades de conservação (parques e reservas federais, estaduais e municipais) e, ainda assim, muitas destas enfrentam sérios problemas fundiários, ou seja, a grande maioria das florestas está sob domínio privado. As leis vigentes são rigorosas e impõem fortes restrições ao uso privado das matas, mas isso também não tem sido suficiente. Outro sério problema é a desinformação dos proprietários destas áreas quanto às alternativas de uso econômico para as áreas florestadas, o que estimula a impressão de que ter floresta não vale a pena. Isso comprova-se pelo fato de que em algumas regiões do estado as terras desmatadas valem mais que as terras com florestas e tal situação estimula a ação dos especuladores do desmatamento.

A incapacidade de se atribuir valor às florestas é uma das principais causas do desmatamento no Rio de Janeiro e é, portanto, crucial que se propague o conceito que as

florestas são indispensáveis para um ambiente equilibrado, à qualidade de vida e que, sobretudo, estas podem ser uma oportunidade para geração de renda e desenvolvimento. É preciso também romper a idéia de antagonismo entre conservação e desenvolvimento e demonstrar que outros países já conciliam esses aspectos com muitas vantagens. Como exemplo pode-se citar que os parques e reservas nos EUA são responsáveis por 3% do PIB – Produto Interno Bruto.

O problema demonstrado pelo SOS Mata Atlântica é inegável e já era objeto de nossas ações e denúncias quando estivemos à frente do Instituto Estadual de Florestas no período de 1991/1994. Durante este período o IEF teve sua dotação orçamentária e número de fiscais quase duplicados, houve números recordes de autuação dos desmatadores e mesmo assim o problema não se reverteu. A partir de 1994 o IEF mingou tal qual nossas matas e hoje é um órgão com sérias carências de recursos humanos, financeiros e materiais para cumprir sua missão. O Batalhão Florestal da PM também tem sérias limitações e, portanto, a reconstrução do sistema ambiental do Estado será um dos grandes desafios do novo governo.

Órgãos ambientais saneados, fortalecidos e atuantes são indispensáveis, mas deve-se entender que o controle do desmatamento certamente não se dará apenas pela ação governamental isolada nem pela simples transferência da culpa e da responsabilidade para a sociedade civil. Cada parte deve cumprir seu papel, mas acima de tudo deve-se buscar meios eficazes de parceria e cooperação para que possamos ir além da retórica sustentável e partir para a ação. Às instâncias governamentais cabe não só o papel de controle mas também o de coordenação, educação, de extensão e de estímulo. Às instituições de pesquisa cabe a geração de novos negócios ba-

seados na conservação e recuperação de florestas. Às organizações da sociedade civil cabe, principalmente, fortalecer o sentimento de cidadania e mobilizar a coletividade para as ações ambientalistas.

Instrumentos para promover essa integração já existem e devem ser adotados e dinamizados de forma emergencial. É o caso, por exemplo, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, cuja proposta para o Rio de Janeiro já foi homologada pela Unesco, mas nunca foi colocada em prática. O conceito de reserva de biosfera preconiza justamente o princípio da gestão compartilhada e participativa, envolvendo os mais diversos setores da sociedade e buscando compatibilizar a necessidade de conservação dos ecossistemas com o atendimento dos demais interesses sociais.

Deverão ser adotados também instrumentos de estímulo e compensação econômica para os municípios e para os proprietários de áreas florestadas que garantam a proteção efetiva e a recuperação de suas matas. Esses instrumentos já existem e estão em vigor em outros estados como é o caso do ICMS ecológico, que tem obtido ótimos resultados no Paraná. No caso do Rio de Janeiro, o ICMS ecológico poderá ser um grande estímulo para aqueles municípios que ainda conservam grandes extensões de florestas, como os da Região da Costa Verde, assim como poderá impulsionar a recuperação das florestas em áreas sob risco de desertificação como as da Região Noroeste do estado. Não há mais tempo a perder. Precisamos começar a construir imediatamente o Pacto pela Mata Atlântica, que mobilize os mais diversos setores de nossa Sociedade para garantir ao Rio uma chance de um futuro sustentável.

\*Engenheiro florestal da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, presidente do Instituto Baía de Guanabara (IBG) e ex-presidente do Instituto Estadual de Florestas

INSTITUTO	58
SOCIOAMBIENTAL	58
Documentação	58
Fonte	58
Data	25/12/98
Class.	447
Pg.	9